

CORREIO NACIONAL



Divulgação

Voo decolou com medicamentos e seringas

Governo envia segunda carga de insumos ao Líbano

O governo brasileiro enviou, nesta terça-feira (8), a segunda doação de insumos estratégicos em saúde para o Líbano. A aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) que fará o terceiro voo de repatriação partiu de São Paulo, às 12h25 (horário de Brasília), com 491 quilos de medicamentos, envelopes para reidratação e seringas descartáveis.

A operação foi coordenada pelo Ministério da Saúde, em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministé-

rio das Relações Exteriores.

Além dessa carga, a aeronave da FAB transporta 7 toneladas de medicamentos arrecadados em iniciativa coordenada pelo Consulado-Geral do Líbano no Rio de Janeiro. O deslocamento da carga até a Base Aérea de São Paulo contou com o apoio do Ministério da Defesa.

A primeira doação do governo brasileiro foi enviada ao Líbano no domingo (6), após a chegada do primeiro grupo de brasileiros e familiares repatriados.

AGU notifica Google

A Advocacia-Geral da União enviou notificação extrajudicial à empresa Google do Brasil pedindo esclarecimentos sobre eventuais medidas preventivas adotadas pela companhia para evitar a divulgação de publicidade de casas de apostas e de jogos de azar voltada ao público infantojuve-

nil. A iniciativa se soma às notificações com objetivo semelhante enviado às plataformas, na terça. No caso do Google, a AGU pede que a empresa inventive se adota medidas para evitar que a publicidade de apostas e jogos de azar alcance o público infantojuvenil quando este usuário está "logado".

Postos de combustíveis

Entre os dias 18 e 27 de setembro, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) realizou, através de seus órgãos delegados nos estados, a Operação Dia Mundial do Petróleo. O objetivo da ação foi garantir a segurança dos produtos petroquímicos e assegurar a proteção do

consumidor.

A ação abrangeu bombas medidoras de combustíveis líquidos, medidas materializadas de volume e veículos-tanque rodoviários (VTR). Ao todo, foram realizadas 3.161 ações em 876 pontos, distribuídos por 132 municípios, o que gerou 464 autos de infração.

Foco na saúde da mulher 40+

Neste mês, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) lançou a programação do Outubro Rosa com o "Diálogo de Saúde e Segurança", com foco nos cuidados à saúde da mulher acima dos 40 anos. O primeiro dia do evento foi realizado no Campus do instituto

em Xerém-RJ. Durante o evento, foram discutidas estratégias de prevenção e cuidados contínuos, destacando a importância de exames regulares e do autocuidado. A programação se encerrará no dia 15 de outubro com atividades ao ar livre. As atividades contarão com o apoio da Geap Saúde.

CNU: AGU recorre

A Advocacia-Geral da União recorreu na terça ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), sediado em Brasília, para derrubar a decisão que suspendeu a divulgação dos resultados das provas do bloco 4 do Concurso Nacional Unificado (CNU), realizado em todo o país

em agosto deste ano. A decisão foi proferida no dia 3 de agosto pelo juízo da 14ª Vara Cível do Distrito Federal e foi motivada por uma ação popular que contestou o suposto vazamento das provas do bloco, que continua questões sobre Trabalho e Saúde do Trabalhador.

CNU: notas mínimas

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos divulgou na terça, no site do Concurso Nacional Unificado (CNU), as notas mínimas nas provas objetivas para que os candidatos tenham suas provas discursivas ou redações corrigidas.

O edital do concurso

diz que para que a prova discursiva ou redação seja corrigida, o candidato deve estar classificado entre até nove vezes o número de vagas previstas. Para acessar os resultados, o inscrito deve fazer o login na área do candidato e consultar o "Caderno de Provas e Gabaritos".

Microcrédito de R\$ 300 mi para agricultura familiar

Iniciativa beneficiará mais de 30 mil pessoas em áreas rurais

O Governo Federal, por meio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), lançou, nesta terça-feira, 8 de outubro, uma linha de microcrédito para estimular a agricultura familiar nas regiões Centro-Oeste e Norte. A iniciativa, realizada com metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), beneficiará mais de 30 mil pessoas em comunidades rurais, que poderão ter acesso ao crédito com condições especiais. O contrato tem vigência de um ano, com possibilidade de renovação.

"Com iniciativas como essa do microcrédito orientado, podemos chegar em bolsões de vulnerabilidade para atender a população e atentar para recortes sociais que existem nos diferentes municípios do Norte e do Centro-Oeste. Não basta ter a política pública, é preciso que ela chegue às pessoas que mais precisam", declarou o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes.

Para este ano, estão previstos R\$ 300 milhões em recursos financeiros operacionalizados pela Caixa Econômica Federal em áreas rurais, com repasses dos Fundos Constitucionais



Albino Oliveira - ASCOM/MDA

Áreas que têm pouca cobertura bancária passam a ter acesso a crédito

de Financiamento do Centro-Oeste e do Norte — sendo R\$ 150 milhões do FCO e outros R\$ 150 milhões do FNO. Serão contemplados os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Com o programa, agricultores familiares e microempreendedores em áreas que têm pouca cobertura bancária passam a ter acesso a crédito e serviços financeiros. A abrangência das redes de agências

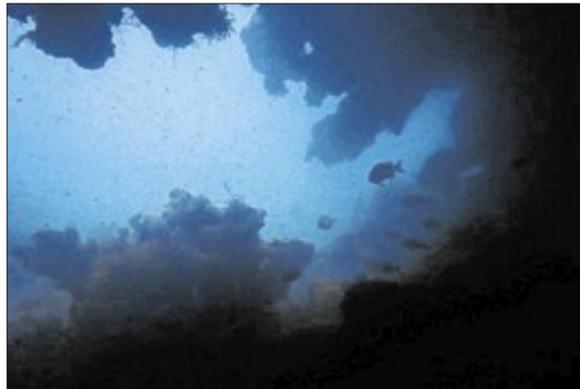
e postos de atendimento da Caixa permite que o programa alcance localidades isoladas, o que é fundamental para beneficiar atividades de extrativismo, pesca, aquicultura e agropecuária em pequenas propriedades. Isso inclui agricultores familiares, assentados, comunidades indígenas e quilombolas, que enfrentam dificuldades para arcar com os custos e o tempo de deslocamento até os centros urbanos.

"Vamos começar com um projeto-piloto inspirado na ex-

periência positiva do Banco do Nordeste com o AgroAmigo. Atendendo a uma orientação do presidente Lula, para diminuir desigualdades regionais e promover o combate à fome, estamos buscando agricultores familiares, assentados, comunidades extrativistas, indígenas e quilombolas para investirem no desenvolvimento agrícola sustentável com práticas inclusivas", afirmou o secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do MIDR, Eduardo Tavares.

Registros de cavernas submarinas

Thiago Buchianeri Nuna de Oliveira



Sistema de cavernas pode proteger habitats

servação e manejo, protegendo os ecossistemas marinhos onde estão as cavernas".

Para descrever e caracterizar as seis cavernas submarinas (Pirambu, Chapeirão do Pirambu, Pirambu do Norte, Mero, Crista das Mileporas e Caverna do Dentão), foram realizadas expedições de mergulho, além da coleta de dados geoespaciais (coordenadas, profundidade, medidas físicas das cavidades) utilizando GPS, sondas e ou-

tros equipamentos subaquáticos.

O coordenador do Cepene conta que há esforços contínuos para manter a área protegida, como ações de monitoramento regular, campanhas de conscientização e parcerias com instituições para promover práticas de manejo sustentável e proteger os recifes e suas cavernas.

"Um dos esforços mais efetivos de conservação desses

ambientes é a área de recuperação dos recifes de coral, em Tamandaré. Implantada em 1999, os resultados são expressivos, especialmente no aumento da abundância e densidade de peixes, polvos, lagostas (e outros invertebrados), e na estrutura física dos recifes, com o crescimento de algumas espécies de corais, a exemplo do coral de fogo", explicou Leonardo.

Para o coordenador do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (ICMBio/Cecav), Jocy Cruz, "os registros de cavernas submarinas enriquecem o conhecimento acerca desses ambientes naturais e proporcionam o desenvolvimento de novas iniciativas de conservação do patrimônio espeleológico brasileiro".

O projeto que possibilitou o registro das cavernas submarinas foi desenvolvido a partir de um Termo de Compromisso de Compensação Espeleológica (TCCE).

STF

Supremo invalida norma de Santa Catarina

Por maioria, o Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou norma de Santa Catarina que exigia licenciamento ambiental estadual como condicionante para instalação de antenas de telecomunicações.

A decisão foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7247, na sessão plenária virtual encerrada em 27/09.

Ação foi movida pela Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel) contra dispositivos da Lei estadual 14.675/2009. Para a entidade, a norma catarinense invadiu competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações.

STJ

Partilha de prêmio de loteria em caso de falecimento

A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça divulgou a edição 827 do Informativo de Jurisprudência. No primeiro processo em destaque, a Quarta Turma, por unanimidade, decidiu que o prêmio de loteria auferido por viúva casada sob o regime de separação legal obrigatória, antecedido de longo relacionamento em união estável, é bem adquirido por fato eventual (CC/2002, artigo 1.660, inciso II), reconhecido como patrimônio comum do casal, devendo ser partilhado segundo os valores existentes na data do falecimento, independentemente da avaliação sobre esforço comum.

TSE

Encerrado prazo em que eleitor não pode ser preso

Terminou, na terça-feira (8), o período em que nenhum eleitor poderia ser preso ou detido, salvo em flagrante delito, ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável, ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto.

A determinação consta do artigo 236 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965).

A terça-feira também foi marcada pela data-final da validade de salvo-conduto expedido por juíza ou juiz eleitoral ou presidente da mesa receptora de votos em favor de eleitora ou de eleitor que tenha sofrido violência moral ou física na sua liberdade de votar ou pelo fato de haver votado.

TCU

Oficina para aprimorar a solução consensual

O Tribunal de Contas da União (TCU) reuniu secretários, chefes de unidades, auditores e representantes de gabinetes para discutir a atualização da Instrução Normativa 91, de 22 de dezembro de 2022. A norma instituiu procedimentos para a busca de solução consensual de controvérsias relevantes e prevenção de conflitos que envolvem a administração pública federal. A ocasião é ação prevista na governança do processo de soluções consensuais.

A reunião técnica foi organizada pela Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso).